

**30 ANOS DE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS NA AMÉRICA  
LATINA E SEUS DESAFIOS FRENTE AO AUTORITARISMO E À  
DESINFORMAÇÃO (ENTREVISTA COM THAMY POGREBINSCHI)**

*30 YEARS OF DEMOCRATIC INNOVATIONS IN LATIN AMERICA AND THEIR CHALLENGES  
IN THE FACE OF AUTHORITARIANISM AND MISINFORMATION (INTERVIEW WITH THAMY  
POGREBINSCHI)*

*30 AÑOS DE INNOVACIONES DEMOCRÁTICAS EN AMÉRICA LATINA Y SUS DESAFÍOS  
FRENTE AL AUTORITARISMO Y LA DESINFORMACIÓN (ENTREVISTA A THAMY  
POGREBINSCHI)*

**TATIANA DOURADO<sup>1</sup>**

**MARIA DOMINGUEZ COSTA PINHO<sup>2</sup>**

Publicação 30/06/2023

<sup>1</sup> Tatiana Dourado é doutora em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia e pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7208-8257> E-mail: [tatianamaria.dourado@gmail.com](mailto:tatianamaria.dourado@gmail.com)

<sup>2</sup> Maria Dominguez é doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2339-5570> E-mail: [mariadominguezcp@gmail.com](mailto:mariadominguezcp@gmail.com)

## RESUMO

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) em 2002, e pesquisadora sênior do WZB Berlin Social Science Center, na Alemanha, Thamy Pogrebinchi aborda, nesta entrevista, os resultados do projeto LATINNO - *Innovations for Democracy in Latin America*, recém-publicados no seu livro *Innovating Democracy?*, que analisa dados de mais de 3.500 casos de inovações democráticas desenvolvidos em mais de 18 países ao longo de 30 anos. Thamy Pogrebinchi explica os contextos que levam à expansão e à derrocada dessas inovações democráticas, relacionando esses processos a governos mais democráticos ou autoritários. Aborda, ainda, o papel desempenhado pela sociedade civil na promoção do espaço cívico e no combate à desinformação e os desafios de implementar processos de participação digital mais duradouros.

**Palavras-chave:** Inovações democráticas. Desinformação. Participação digital

## ABSTRACT

Thamy Pogrebinschi achieved her PhD at the University Research Institute of Rio de Janeiro (Iuperj) in 2002 and is currently a senior researcher at the WZB Berlin Social Science Center in Germany. In this interview, she discusses the results achieved in the LATINNO project – Innovations for Democracy in Latin America - recently published in her book *Innovating Democracy?*, analyzing data from more than 3.500 cases of democratic innovations in more than 18 countries for more than 30 years. Thamy Pogrebinschi explains the contexts that led to the expansion and collapse of these democratic innovations and relate them to democratic and authoritarian governments. Finally, she examines the role of civil society promoting the civic space and fighting disinformation, and the challenges to implement long-lasting participatory processes.

**Keywords:** Democratic innovations. Disinformation. Digital participation.

## RESUMEN

Thamy Pogrebinschi obtuvo su doctorado en el Instituto de Investigación de la Universidad de Río de Janeiro (Iuperj) en 2002 y actualmente es investigadora senior en el WZB Berlin Social Science Center en Alemania. En esta entrevista comenta los resultados alcanzados en el proyecto LATINNO – Innovations for Democracy in Latin America, recientemente publicado en su libro *Innovating Democracy?*, analizando datos de más de 3.500 casos de innovaciones democráticas en más de 18 países durante más de 30 años. Thamy Pogrebinschi explica los contextos que llevaron a la expansión y al colapso de estas innovaciones democráticas y las relaciona con gobiernos democráticos y autoritarios. Finalmente, examina el papel de la sociedad civil en la promoción de

un espacio cívico y la lucha contra la desinformación, y los desafíos para implementar procesos participativos duraderos.

**Palabras-clave:** Innovaciones democráticas. Desinformación. Participación digital.

## **INTRODUÇÃO**

Pesquisadora sênior do Center for Civil Society Research, sediado no WZB Berlin School of Science Center, Alemanha, Thamy Pogrebinschi é líder de um projeto de pesquisa dedicado, desde 2015, a mapear, acompanhar e comparar iniciativas democráticas na América Latina e Caribe. O *Innovations for Democracy in Latin America* (LATINNO) reúne dados de 3.744 casos de experimentos democráticos participativos desenvolvidos em 18 países latino-americanos ao longo de 30 anos, entre 1990 e 2020.

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) (2000), com mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio (2002), mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (2002) e doutorado em Ciência Política pela IUPERJ, Pogrebinschi apresentou os principais resultados da sua pesquisa transnacional no livro “Innovating Democracy? The Means and Ends of Citizen Participation in Latin America”, publicado em abril de 2023 pela Cambridge Elements.

Na obra, a autora propõe uma tipologia com 20 modelos de inovações democráticas que se estruturam em quatro tipos de participação – deliberação, representação cidadã, engajamento digital e voto direto - e que visam alcançar até cinco finalidades - responsabilização, capacidade de resposta, estado de direito, igualdade social e inclusão política. Já no projeto mais recente, o CoIntelBR, a pesquisadora retoma a noção de inteligência coletiva para refletir sobre o uso da tecnologia no desenvolvimento de iniciativas que buscam dar respostas a problemas derivados de práticas de desinformação on-line também em diferentes contextos nacionais.

Na entrevista a seguir, concedida em maio de 2023, Thamy Pogrebinschi explica os contextos que levam à expansão e à derrocada de inovações democráticas de forma relacionada a governos mais ou menos democráticos ou autoritários. Aborda, ainda, o

papel desempenhado pela sociedade civil na promoção da cultura cívica e os desafios de implementar processos de participação digital mais perenes.

**PERGUNTA REVISTA CM:** Em seu livro mais recente, *Innovating Democracy? The means and ends of citizen participation in Latin America*, você analisa esses dados e elabora uma tipologia de inovações democráticas por meios de participação, como deliberação, representação cidadã, e-participação e voto direto. O Brasil, particularmente, é o país que conta o maior volume de inovações democráticas no seu banco de dados. Apesar disso, a democracia brasileira tem enfrentado ondas de ataques nos últimos anos, inclusive ao seu sistema eleitoral e às suas instituições públicas. Como interpretar o contexto em que inovações democráticas ocorrem de forma simultânea a ataques coordenados à democracia, no Brasil e em outros países da região?

**RESPOSTA THAMY POGREBINSCHI:** O Brasil é, de fato, o país com o maior volume de inovações democráticas criadas durante os 30 anos cobertos pelo banco de dados, mas isso não quer dizer que entre 1990 e 2020 o número de inovações criadas por ano seja alto, ou mesmo constante, e tampouco que as inovações tenham sido implementadas pelos mesmos atores ou tenham as mesmas características. Olhando atentamente os dados, é possível ver como a inovação democrática no Brasil acompanha a história política recente do país e é coerente com ela. Após um número significativo de instituições participativas serem criadas no bojo da promulgação da Constituição de 1988, entre 1990 e 2000 houve uma média de apenas cinco inovações criadas por ano no Brasil. Entre 2000 e 2010, essa média mais que dobra. Os dois governos Lula implementaram quantidade grande de inovações democráticas por ano, investiram na diversidade de desenhos institucionais e, sobretudo, trouxeram a participação para o âmbito nacional. Entre 2010 e 2020, temos um cenário complexo, mas bastante interessante. O número de inovações criadas pelo governo permanece alto, ainda que com oscilações, até 2015. Após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, há, imediatamente, redução drástica no número de inovações criadas anualmente. Olhando os dados em gráfico, vê-se que a curva cai de forma quase vertical, é uma queda rampante. As inovações criadas pelo governo caem, aceleradamente, de 18 por ano em 2015 para apenas uma em 2020.

...

**P:** Esse é o momento em que, no livro, você indica que há uma virada, isto é, que a sociedade civil assume as rédeas da participação.

**R:** Exatamente. Enquanto o ápice de inovações democráticas criadas anualmente pelo governo acontece em 2015, em 2016 se dá o ápice de mecanismos participativos criados pela sociedade civil. E, a partir desse momento, enquanto as iniciativas do governo declinam de forma drástica, as iniciativas da sociedade civil mantêm-se altas, e consideravelmente mais altas do que nos anos anteriores ao governo Dilma. Com esses dados, vê-se que as inovações democráticas respondem, sim, aos ataques sofridos pela democracia brasileira. Ao passo que os canais de participação que o Estado oferecia se retraem, as organizações da sociedade civil reagem e criam novos mecanismos para as cidadãs e cidadãos. Isso fica bem claro em dois momentos. Primeiro, em 2018, ano da eleição de Bolsonaro diversos mecanismos digitais foram desenvolvidos por organizações da sociedade civil para aumentar o *accountability*, seja monitorando o processo eleitoral, estabelecendo canais de comunicação com parlamentares, ou visando aumentar a participação de grupos historicamente sub-representados, como mulheres, negros e indígenas. Depois, em 2020, ocorre um boom de mecanismos digitais criados pela sociedade civil para fazer frente à pandemia da Covid num contexto claro de ausência de respostas à crise sanitária por parte do governo Bolsonaro e de ataque diversos às instituições democráticas.

...

**P:** No seu livro, você demonstra que, apesar de centenas de iniciativas terem sido descontinuadas na região entre 2015 e 2019, a pandemia da Covid-19 teve um efeito enorme no aumento das inovações democráticas, sobretudo aquelas criadas pela sociedade civil. No Brasil, muitos problemas agravados na pandemia resultaram de campanhas de desinformação. De que modo tais inovações democráticas são capazes de também dar respostas aos efeitos da desinformação?

**R:** O combate à desinformação é área de grande expansão e novidade no campo da inovação democrática. Esse é um campo em que a inovação democrática se dá, no Brasil, primordialmente pela sociedade civil e por meio da participação digital. E aqui se inova também o que entendemos por inovação: os novos desenhos digitais que tem surgido por iniciativa da sociedade civil para combater desinformação são bem menos de caráter institucional. Trata-se mais de mecanismos e processos que engajam cidadãos e cidadãos por meios digitais a partir de uma concepção outra de participação, que prefiro compreender como inteligência coletiva. A inteligência coletiva se dá por meio de atividades colaborativas entre um número às vezes indeterminado de pessoas que contribuem para um mesmo objetivo, ainda que não no mesmo lugar ou ao menos tempo. Basicamente essa cooperação se dá em torno da geração, compartilhamento e difusão de informações, saberes, conhecimentos e dados. E é aqui que a inovação democrática se dá, na forma de inteligência coletiva, no campo da desinformação: através da geração de informação verificada, da abertura e compartilhamento de dados confiáveis, da criação de contranarrativas, da detecção de fake news, e da verificação de fatos, por exemplo.

...

**P:** O Marco Civil da Internet (MCI) é referência histórica de participação digital cidadã desde quando iniciada em 2009, na sua política formulação, até virar lei em 2014, com a adoção da política propriamente dita. Como destacado no livro, a contribuição direta das múltiplas partes interessadas no desenho da lei blindou a interferência do lobby e contou com endosso do criador da web, Tim Berners-Lee, que disse que a lei que disciplina a internet e assegurava a neutralidade de rede seria “um presente para o Brasil e para o mundo”, o que aponta para a qualidade da proposta. Quase 10 anos depois de promulgada, o Brasil enfrenta dificuldades para desenhar um novo marco regulatório focado nas plataformas digitais e na moderação de conteúdo. Qual sua leitura sobre fatores que impedem que experiências participativas do tipo sejam repetidas em países com tamanho legado, como o Brasil?

**R:** O Marco Civil da Internet resultou de uma situação muito peculiar, especial. Seria difícil, se não improvável, reproduzir as condições e o contexto que existia naquele

momento. Havia, naquela época, por parte do governo federal, abertura muito grande para experimentar com processos de participação digital. O Ministério da Justiça promoveu a deliberação on-line de outros projetos de lei, como o debate do novo Código Comercial e o debate da revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente. Houve a criação das primeiras plataformas digitais que fomentavam o debate de políticas públicas de forma participativa, que resultou depois no Dialoga Brasil. Na Câmara dos Deputados, houve também profusão de mecanismos de participação digital, começando pelo e-Democracia, e, mais tarde, o Laboratório Hacker e o Wikilegis. No segundo governo Lula, deu-se o auge da participação no Brasil e, em particular, temos ali o início da experimentação com mecanismos e processos de participação digital no âmbito nacional. O processo de construção do Marco Civil da Internet foi muito sofisticado. Havia muita vontade política de levar aquilo adiante de forma colaborativa, e isso dentro de um contexto mais geral de experimentação com participação digital. O que ocorreu ali foi algo muito costurado em diálogo com a sociedade civil, com empresas de tecnologia e com o Poder Legislativo. O MCI resultou, de fato, de um processo participativo pioneiro de elaboração de lei de forma colaborativa e digital. Repetir isso é difícil por conta da singularidade desse processo. Ainda que o Brasil tenha esse legado, aquelas condições são difíceis de serem reproduzidas. Apesar disso, processos de *crowdlaw* (uma forma de *crowdsourcing* em que cidadãos e cidadãs podem propor ideias, adicionar conteúdos a projetos, criticar, sugerir alterações etc.), isto é, a formulação de leis com base na colaboração digital e na inteligência coletiva, são, sem dúvida, tendência importante para o futuro da inovação democrática, no Brasil e na América Latina. Tivemos um hiato nos últimos anos, agora talvez seja possível retomar essa tendência, mas ainda estamos em um processo muito grande de reconstrução institucional da participação, e que precisa incluir a reconstrução também dessas plataformas digitais colaborativas.

...

**P:** Como apontado no livro, a ascensão de movimentos e lideranças políticas que flertam com o autoritarismo, afetando a confiança nas instituições públicas de diversos países latino-americanos, também pode estimular a criação de inovações democráticas pela ou em parceria com organizações da sociedade civil. No Brasil, chama atenção que, a partir

de 2018, surgiram apenas duas iniciativas, dentre aquelas empreendidas pelos governos, depois de um boom entre 2003 e 2016. Na Nicarágua, nota-se o declínio e depois a inexistência de qualquer inovação democrática governamental desde a ascensão de Daniel Ortega ao poder, em 2007. Honduras e Peru, por sua vez, são países que apresentam inovações democráticas em governos de direita. Como você explica essas relações entre autoritarismo, alinhamento ideológico e participação cidadã?

**R:** Em relação ao autoritarismo, eu mostro no livro que, em governos autoritários, vê-se um processo de quase desaparecimento de inovações democráticas por parte desses governos, seja o dismantelamento de instituições participativas bem consolidadas, seja pela ausência de criação de novos processos participativos. Pode existir um esvaziamento e aniquilamento de estruturas participativas existentes, o que se viu com muita clareza no Brasil. Por outro lado, existe também resistência muito grande da sociedade civil, que é muito interessante, mas que depende muito de cada país. Depende de como cada governo autoritário age em relação à sociedade civil no sentido de fechar o espaço cívico em maior ou menor medida. Há países em que a sociedade civil é cerceada e perseguida, como na Nicarágua. No Brasil, no caso das instituições participativas que sobrevieram ao dismantelamento promovido pelo governo Bolsonaro, elas foram desnaturadas, deixou-se de ter recursos, esvaziou-se, fecharam-se os canais de colaboração com a sociedade civil. Nos países em que a sociedade civil ainda consegue ter espaço para mobilização e logra obter recursos, por exemplo, por meio de organizações internacionais ou mesmo pela iniciativa privada, há maior espaço para o surgimento de inovações democráticas, até como forma de resistência promovida pela sociedade civil, que realiza, por exemplo, um monitoramento visando ao *accountability* dos governos, das instituições políticas, dos processos eleitorais.

...

## REFERÊNCIAS

---

POGREBINSCHI, T. *Innovating Democracy? The Means and Ends of Citizen Participation in Latin America (Elements in Politics and Society in Latin America)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. doi:10.1017/9781108690010

### COMO CITAR ESTE ARTIGO

DOURADO, Tatiana; DOMINGUEZ, Maria. 30 anos de inovações democráticas na América Latina e seus desafios frente ao autoritarismo e à desinformação (Entrevista com Thamy Pogrebinschi). **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 18, pp: 139-147. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2023v18n.66815>